

**Visão avaliativa da conferência e das mesas de palestras e debates abordando os vários aspectos internos e externos que envolvem o ecossistema do manguezal brasileiro dentro do 64º encontro da sociedade Brasileira para o progresso da ciência: Ocorrido em São Luis de 22 a 27 de julho no campus universitário da Universidade Federal do Maranhão**

Alberto Lopes Cantanhede

Vivemos nestes dois dias um momento muito importante num debate de alto nível não apenas sobre o “manguezal”, mas sobre o eco-sistema que envolve as vidas, ligadas á essa que, vista á distância é apenas mais uma (floresta com árvores e lama). E dentre estas, vidas humanas as “populações tradicionais ribeirinhas” (indígenas, quilombolas...) forjando suas próprias formas de relações uns com os outros e com a natureza, vivendo da pesca, da agricultura, do extrativismo e da confecção de artesanatos incluindo seus instrumentos de trabalho, sem qualquer intervenção do estado no ciclo produtivo e reprodutivo.

A primeira política de estado para estas populações se constituiu em um contra-censo: para a agricultura e agricultores (as), impõe a distribuição da terra á terceiros sem assegurar o direito á propriedade da mesma ás populações tradicionais já instaladas na época.

E aos pescadores, antes de qualquer política “positiva”, impôs instrumentos de controle como (as colônias as capatazias e seu estatuto) com os objetivos de (contribuir com o estado), e forçá-los á participar de guerras, pois se sustentava uma tese, a de que, (os pescadores não custavam nem um vintém em tempos de paz, e eram a força e os olhos mais avançados da nação em tempos de guerra), o estado ainda impôs a divisão da produção pesqueira com, a ordem religiosa e a guarnição militar e ou qualquer representação de estado mais próxima.

Porém os pescadores reagiram, de forma isolada ou se somando á outros grupos e assim contribuíram com as mudanças históricas neste país, á exemplo das revoltas; da chibata no Rio de Janeiro, dos quebra-quilos... e dos jangadeiros no Ceará; das guerras civis, á farroupilha no Rio grande do Sul, a balaiada no Maranhão, e a cabanagem no Pará.

Mas, as políticas contraditórias continuam forçando a migração das populações tradicionais sobre tudo a faixa etária entre doze e vinte e cinco anos que fogem do analfabetismo pois, existem comunidades pesqueiras onde o índice de analfabetismo beira os 90% somados os “funcionais” ultrapassando as médias nacionais e regional no caso do Maranhão que já ostenta o pior índice de desenvolvimento Humano, sendo possível constatar em algumas comunidades a ausência em jovens com raras exceções e em condições questionáveis o que caracteriza uma clara estratégia de esvaziamento desses espaços e o enfraquecimento das comunidades e da resistência aos projetos pré-genocidas para o uso do eco-sistema de manguezal que por suas características e seus objetivos, põe em risco a segurança alimentar para milhões de pessoas principalmente as populações que por séculos com muita sabedoria cuidou desse eco-sistema preservando inclusive as relações dele com os demais.

Portanto esses dois dias se constituem em um passo importante para um processo de diálogo entre os saberes científicos dos saberes tradicionais, pois o tema da (SBPC) deste ano (ciência... no combate á pobreza) implica em unir esforços em todos os níveis de governos e segmentos sociais, porque o combate á pobreza não se dará pelas “bolsas” ainda que sejam necessárias temporariamente... precisamos de investimentos em educação e educação adaptada ás regionalidades e especificidades das atividades pesqueiras (**não podemos ensinar matemática no litoral do nordeste com pingüins e ou uvas**) por exemplo, bem como (**não devemos impor uma carga horária onde a tabua de maré varia até 08 oito metros com intervalos de até 12 doze horas entre uma preamar e outra e com atraso de até 45:00 quarenta minutos por dia**).

É por isso que estes dois dias serão importantes sobre tudo, pelo espaço onde estamos, a academia é e será um importante aliada mesmo com suas contradições internas pois já podemos constatar a importância de aliança desta com as comunidades pelo Brasil á fora e em outros países mas já que estamos em São Luis, cito o exemplo de dois embates entre (2005 e 2007) quando enfrentamos dois grandes projetos, o de carcinicultura com pretensão de instalar 300 trezentos mil hectares de tanques para criação de camarão e o de implantação de um pólo siderúrgico com três unidades para produzir 22.5 milhões de toneladas de placa de aço o que resumiria em deixar uma quantidade maior de lixo e exportar só o “filé”, e nos dois casos, as populações tradicionais locais que seriam as primeiras e mais impactadas, puderam contar com a contribuição de vários pesquisadores, parlamentares e gestores de órgãos públicos que colocaram seus mandatos trabalhos e conhecimentos incondicionalmente á disposição de uma luta que era de todos.

Pudemos ver a partir das apresentações expostas aqui com muita competência por: Flávia Mochel que nos explicita uma visão panorâmica contextualizada globalmente do eco-sistema de manguezal que nos lembra de um enorme privilégio e nos “impõe” uma maior ainda responsabilidade re conviver com a maior área contínua de mangues do planeta; o dr. Clemente somado á Everaldo e Valdemar Vergara, que nos chama atenção para o quanto nossa geração deve ao ambiente em que vivemos e do qual dependemos para a manutenção da vida desta e das próximas gerações e que existem experiências positivas capazes de fazer muita diferença tanto por iniciativa popular quanto da academia e até de governos.

O prof. Bruno Gueiros traz ao debate, os valores implícitos e explícitos bem como os serviços prestados pelo manguezal que nos permitirá subsidiar a construção de parâmetros para estabelecer “valores” incluindo os econômicos para que as populações tradicionais possam fortalecer a defesa de seus “territórios” suas relações sociais econômicas e ambientais, bem como subsidiará a construção de macro-projetos estruturantes para a captação de recursos nos mercados globais dos serviços ambientais.

Já a professora Yára sheffer Novelly resgata o histórico de nossa legislação ambiental e revela o quanto evoluímos em conteúdos legislativos desde os primeiros decretos – reais para o assunto até o nosso atual código florestal nunca posto em prática na sua integridade; e o quanto podemos retroceder com a edição da nova “lei de floresta” em vias de ser sancionada ela faz um recorte para o que se destina como arcabouço legal para o eco-sistema manguezal que será ferido de morte com o atentado aos apicuns proposto na “nova”velha lei dos (predadores).

Juntando tudo o que apresentado neste espaço dentro de um encontro da sociedade Brasileira para o progresso da ciência (SBPC) com o que acontece paralelo pelo Brasil á fora, sistematizando os vários esforços dos vários grupos que já produzindo conhecimento em sintonia e ou com a participação direta das populações tradicionais de dentro das instituições como as universidades federais, estaduais, institutos e centros de pesquisas e outros potenciais parceiros:

Para:

Potencializar o empoderamento das populações para lutar por garantias de direitos.

A construção e produção de um ciclo de conhecimentos.

Possibilitar a participação sistemática cada vez maior e mais qualificada de representantes das populações tradicionais como reciprocidade na multiplicação dos conhecimentos inclusive em eventos como esse.

Para isso, se juntarmos tudo o que foi apresentado aqui nesses dois dias, estudantes dê áreas afins, sob os cuidados de seus orientadores ou suas orientadoras, mais representantes das comunidades minimamente organizadas e as estruturas de governos locais... já teremos um potencial de ações para alguns pilotos de desenvolvimento realmente sustentável.